

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	11
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	17

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.granthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a., 9 e 10 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$142.610 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$145.992 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R\$158.763 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº.1.a., 9 e 10, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos

nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Procedimento arbitral

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 24 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. No momento, os advogados da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Principais assuntos de auditoria	Procedimentos de auditoria
<p>Reconhecimento de receita (nota explicativa 2.5)</p> <p>Em virtude da relevância da receita operacional líquida nas demonstrações contábeis da Companhia, bem como da rede de sistemas e processos que suportam seu reconhecimento há: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu</p>	<p>Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da concessão; (ii) avaliação do desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos relevantes determinados</p>

reconhecimento e (ii) o risco de que os sistemas utilizados na captura, processamento e “*interfaces*” que alimentam os valores reconhecidos nos registros contábeis apresentem falhas e, conseqüentemente, possam produzir erros na forma de apropriação das receitas.

pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento e aplicação de procedimentos de auditoria sobre os principais controles internos desenhados pela administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita; (iv) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no reconhecimento da receita e a utilização de nossos especialistas em tecnologia da informação para exames nos controles automatizados dos sistemas relevantes e (v) seleção de transações ao longo do exercício e confronto com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia.

Ativos intangíveis - ICPC 01 – Contratos de Concessão (nota explicativa 8)

A Companhia está enquadrada na Interpretação Contábil ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual prevê aspectos específicos no registro das operações de concessões governamentais, as quais são aplicáveis estritamente às empresas em atividades comuns relacionadas à estas operações. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Nossos procedimentos basearam-se na avaliação detalhada quanto ao processo de registro das operações de concessões governamentais, através de seus respectivos contratos de concessão, testamos documentalmente os registros contábeis e revisamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia diante das exigências do ICPC01.

Contratação de prestadores de serviços (nota explicativa 8)

A Companhia mantém contratos significativos de Construção e Serviços para a cumprimento de suas obrigações de concessão e manutenção de suas operações. Desta forma, a Companhia deve sempre estabelecer os critérios e, também, manter um manual completo e detalhado para orientação quanto aos procedimentos, atitudes e comportamentos à serem adotados nos processos de contratação e gestão de empresas prestadoras de serviços; buscando, desta forma, a segurança operacional e jurídica e, principalmente, a salvaguarda de seus ativos e boa aplicação dos recursos financeiros.

Concentramos nosso trabalho principalmente nos processos de cotação e contratação de novos fornecedores. Estes incluem, principalmente, os grandes projetos de infraestrutura para construção e manutenção de sua concessão, através de contratos com empreiteiras. Inspecionamos os contratos firmados entre a Companhia e seus respectivos prestadores de serviços, observando o atendimento contratual, previsões de serviços futuros e, principalmente, as evidências dos serviços prestados.

Avaliações quanto à recuperabilidade de ativos (“*Impairment*”) (notas explicativas 6.b e 8)

Os ativos da Companhia incluem uma quantidade significativa de ativos intangíveis, principalmente formado pela outorga e direitos de seus contratos de concessão. Desta forma, há um risco de que as operações não se desenvolvam em linha com suas expectativas e previsões iniciais de realização do valor contábil do ativo intangível de concessão e imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada quanto ao processo de elaboração dos orçamentos da Companhia (nas quais as previsões se baseiam) e, também, aplicação de testes sobre os modelos de fluxos de caixa futuros descontados. Testamos a precisão do cálculo oriundo de cada modelo de previsão e avaliamos as principais premissas adotadas como, por exemplo, o crescimento das receitas, modelagem para cálculo da taxa de desconto e de capital de giro (tomando por referência o orçamento elaborado pela Companhia), dados externos e nossas expectativas em conjunto com os especialistas. Utilizamos nossos especialistas de avaliação ao considerar a adequação da taxa de desconto e a taxa de crescimento de longo prazo. Revisamos a precisão histórica das previsões, comparando os resultados reais com as previsões originais.

Empréstimos, Debêntures e cláusulas restritivas (“*Covenants*”) (notas explicativas 9 e 10)

A Companhia detém passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“*Covenants*”). Nós nos concentramos nesses

Nossos procedimentos basearam-se na avaliação detalhada quanto ao processo do registro inicial das dívidas emitidas/assumidas através da análise dos contratos disponibilizados, revisão e confrontos documentais, através de extratos bancários para as liquidações do período, recálculos dos juros e encargos incorridos, confirmação de

grupos de contas, uma vez que estes apresentam impactos significativos no resultado da Companhia, além de: (i) sua relevante posição financeira, (ii) alto volume de transações e (iii) número de contrapartes envolvidas.

saldos junto à terceiros, acompanhamento do atendimento aos índices financeiros (“*Covenants*”) exigidos contratualmente e, principalmente, baseado em nossas revisões sobre os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis em atendimento às práticas contábeis brasileiras.

Provisão para riscos processuais (nota explicativa 11)

As provisões para riscos processuais referem-se, principalmente, à processos nas esferas trabalhista e cíveis. Todas as reivindicações recebidas pelo departamento jurídico são analisadas em conjunto com a Administração, sendo que as posições adotadas pela Companhia baseiam-se nas experiências quanto às liquidações de créditos passados e aconselhamentos com advogados externos. Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro.

Com relação aos riscos processuais, aplicamos os seguintes procedimentos visando a obtenção de nossa segurança: (i) enviamos cartas de confirmação à 100% dos assessores legais que mantêm relação com a Companhia, solicitando que nos confirmassem a totalidade dos processos em que estão envolvidos e suas respectivas probabilidades de ganho/ perda; (ii) observamos se os montantes constantes nos relatórios apresentados pelos advogados internos e externos foram adequadamente refletidos como provisão nos livros e registros, e testamos a precisão matemática do relatório e dados apresentados; (iii) quanto às principais questões judiciais optamos por efetuar discussões com os responsáveis no departamento jurídico e com a Administração, solicitando a documentação suporte para entendimento da situação dos processos e bases utilizadas para as definições quanto ao risco de perda/ ganho.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes do ajuste decorrente da reapresentação descrita na Nota explicativa nº 2.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 12 de abril de 2016, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e sobre investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota explicativa nº 2.22, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.881	14.227
Aplicações financeiras	4	-	48.693
Créditos a receber	5	17.652	16.672
Estoques		1.186	2.661
Impostos a recuperar	6 (a)	3.498	3.511
Adiantamentos		1.915	1.938
Partes relacionadas	12	26	17
Total do ativo circulante		<u>45.158</u>	<u>87.719</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (b)	149.638	147.095
Depósitos judiciais		16.260	15.589
Partes relacionadas	12	520	520
Outros		9	9
Imobilizado	7	9.282	13.614
Intangível	8	2.089.577	2.064.873
Total do ativo não circulante		<u>2.265.286</u>	<u>2.241.700</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.310.444</u></u>	<u><u>2.329.419</u></u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		7.369	17.596
Empréstimos e financiamentos		<u>140.223</u>	<u>818.608</u>
Dívida bruta	9	140.223	901.721
Aplicação financeira vinculada	9	-	(83.113)
Debêntures	10	18.540	8.573
Salários e encargos sociais a recolher		8.846	7.542
Tributos a recolher	6 (c)	3.769	4.482
Obrigações para direito de concessão	19	437	415
Partes relacionadas	12	4.409	2.438
Receita diferida	13	7.538	6.958
Outros		19	1.737
Total do passivo circulante		<u>191.150</u>	<u>868.349</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão de manutenção	14	76.641	67.804
Empréstimos e financiamentos		<u>571.806</u>	<u>-</u>
Dívida bruta	9	650.939	-
Aplicação financeira vinculada	9	(79.133)	-
Debêntures		<u>907.516</u>	<u>865.909</u>
Dívida bruta	10	914.412	871.823
Aplicação financeira vinculada	10	(6.896)	(5.914)
Partes relacionadas	12	143	143
Provisão para riscos processuais	11	4.619	2.332
Receita diferida	13	45.745	47.948
Total do passivo não circulante		<u>1.606.470</u>	<u>984.136</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	1.162.500	984.000
Prejuízos acumulados		<u>(649.676)</u>	<u>(507.066)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>512.824</u>	<u>476.934</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.310.444</u></u>	<u><u>2.329.419</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITA LÍQUIDA			
Receita líquida de pedágio e acessórias	16	291.951	270.630
Receita de construção	16	114.498	156.827
Receita operacional líquida		<u>406.449</u>	<u>427.457</u>
Custo dos serviços prestados	16	(192.691)	(195.671)
Custos de construção	16	(113.345)	(155.274)
LUCRO BRUTO		<u>100.413</u>	<u>76.512</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(39.909)	(40.483)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	1.561	(18.812)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>62.065</u>	<u>17.217</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	17	17.832	17.561
Despesas financeiras	17	(225.050)	(261.007)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(145.153)</u>	<u>(226.229)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (d)	2.543	2.982
Prejuízo do exercício		<u>(142.610)</u>	<u>(223.247)</u>
Prejuízo, básico e diluído, por lote de mil ações (em reais - R\$)	18	<u>(0,067)</u>	<u>(0,164)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CARTDEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(142.610)</u>	<u>(223.247)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(142.610)</u></u>	<u><u>(223.247)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		745.000	-	(283.819)	461.181
Aumento de capital	15	290.000	(51.000)	-	239.000
Prejuízo do exercício		-	-	(223.247)	(223.247)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>1.035.000</u>	<u>(51.000)</u>	<u>(507.066)</u>	<u>476.934</u>
Integralização de capital	15	-	51.000	-	51.000
Aumento de capital	15	145.000	(17.500)	-	127.500
Prejuízo do exercício		-	-	(142.610)	(142.610)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>1.180.000</u>	<u>(17.500)</u>	<u>(649.676)</u>	<u>512.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(145.153)	(226.229)
Margem bruta de construção		(1.153)	(1.553)
Depreciação e amortização	7 e 8	95.117	91.622
Provisão para manutenção	14	8.837	18.065
Constituição de outorga variável	16 e 19	4.800	4.448
Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	386	21.401
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	5	352	630
Provisão para riscos	11	2.287	1.488
Receita diferida		(2.342)	(5.061)
Variações monetárias, cambiais e encargos		219.524	247.180
 (Aumento) redução em ativos operacionais:			
Créditos a receber		(1.332)	(1.173)
Estoques		1.475	(701)
Impostos a recuperar	6c	13	62
Adiantamentos		23	(523)
Partes relacionadas		(9)	31
Depósitos judiciais		(671)	(4.025)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.100	1.298
Salários e encargos sociais a recolher		1.304	(22)
Impostos e contribuições a recolher		(713)	997
Partes relacionadas		1.971	1.296
Receita diferida		719	4.749
Pagamento de outorga variável	19	(4.778)	(4.419)
Outros		(1.715)	1.033
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>183.042</u>	<u>150.594</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		56.401	(55.327)
Aquisição de imobilizado	7	(463)	(4.953)
Aquisição de intangível	8	(128.586)	(142.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(72.648)</u>	<u>(202.373)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	15	178.500	239.000
Captação de empréstimos	9	30.000	-
Pagamento dos juros de empréstimos e debêntures	9	(156.530)	(109.181)
Pagamento do principal de empréstimos e debêntures	9	(155.710)	(85.817)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		<u>(103.740)</u>	<u>44.002</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.654</u>	<u>(7.777)</u>
 Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		14.227	22.004
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>20.881</u>	<u>14.227</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.654</u>	<u>(7.777)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receitas			
Receita operacional	16	320.023	296.549
Receita de construção	16	114.498	156.827
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	5	(352)	(630)
Outras receitas		1.561	475
		<u>435.730</u>	<u>453.221</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção	16	(113.345)	(155.274)
Materiais, serviço de terceiros e outros		(91.360)	(117.525)
Perda/recuperação de valores de ativos		(2.332)	(1.503)
		<u>(207.037)</u>	<u>(274.302)</u>
Valor adicionado bruto		<u>228.693</u>	<u>178.919</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	16	(95.117)	(91.622)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		133.576	87.297
Receitas financeiras	17	17.832	17.561
Valor adicionado total a distribuir		<u>151.408</u>	<u>104.858</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>151.408</u>	<u>104.858</u>
Pessoal e encargos		36.458	37.627
Remuneração direta		27.271	27.251
Benefícios		7.359	8.009
FGTS		1.828	2.268
Outros		-	99
Impostos, taxas e contribuições		32.206	28.474
Federais		16.165	13.846
Estaduais		439	108
Municipais		15.602	14.520
Remuneração capital de terceiros		225.354	262.004
Juros		224.236	261.005
Aluguéis		646	977
Outras		472	22
Remuneração de capital próprio		(142.610)	(223.247)
Prejuízo do período		(142.610)	(223.247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária apresentou prejuízo de R\$142.610 (R\$223.247 em 31 de dezembro de 2015) e possui capital circulante líquido negativo de R\$145.992 (R\$780.630 em 31 de dezembro de 2015), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$158.763 (R\$827.181 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a Invepar efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 28 de março de 2017.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receitas de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas (IAS 18). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A estimativa de perdas para crédito de liquidação duvidosa é apurada e reconhecida com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocada no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Avaliação da recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas Financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração

das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa do imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e

passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor

recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.18. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa

derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:
- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
 - IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
 - IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
 - IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.
- c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:
- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não deverão representar impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.22. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A intenção de liquidar o passivo em bases líquidas deve-se à situação econômica financeira da Companhia, retração econômica do país e restrição de caixa, cenário este não previsto no exercício anterior.

	31/12/2015		
	Saldo originalmente apresentado	Ajustes *	Saldo reapresentado
Balanco Patrimonial			
Ativo circulante	87.719	-	87.719
Ativo não circulante	2.330.727	(89.027)	2.241.700
Total do ativo	2.418.446	(89.027)	2.329.419
Passivo circulante	951.462	(83.113)	868.349
Passivo não circulante	990.050	(5.914)	984.136
Patrimônio líquido	476.934	-	476.934
Total do passivo e patrimônio líquido	2.418.446	(89.027)	2.329.419

(*) Ajustes referentes às aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme demonstrados nas notas explicativas 9 e 10.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.713	2.082
Operações compromissadas em debêntures	<u>18.168</u>	<u>12.145</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>20.881</u>	<u>14.227</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas que variam de 75% até 100,5 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Aplicações financeiras não vinculadas:		
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	9.468
Operações compromissadas em debêntures	<u>-</u>	<u>39.225</u>
Total das aplicações financeiras não vinculadas	<u><u>-</u></u>	<u><u>48.693</u></u>

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 95,0% a 100,5% do CDI (em 31 de dezembro de 2015, a taxa de 90,0% a 102,5% do CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	16.852	15.757
Vale pedágio	712	938
Locação de Fibra Óptica	246	-
Outros	1.450	1.233
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (**)	<u>(1.608)</u>	<u>(1.256)</u>
Total	<u><u>17.652</u></u>	<u><u>16.672</u></u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não havia valores vencidos nos créditos a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 20 dias.

(**) A PECLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). São consideradas em PECLD valores vencidos há mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI. É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de seis meses do reconhecimento do crédito.

	<u>Total</u>	<u>(PECLD)</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 180 dias</u>
31 de dezembro de 2016	19.260	(1.608)	17.652	1.608
31 de dezembro de 2015	17.928	(1.256)	16.672	1.256

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(1.256)	(626)
Adições	(2.404)	(2.701)
Reversões	<u>2.052</u>	<u>2.071</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.608)</u>	<u>(1.256)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.497	3.511
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.498</u>	<u>3.511</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	154.255	154.255
Base negativa da contribuição social	55.532	55.532
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	341	341
Participações nos lucros e resultados (PLR)	404	404
Provisão para riscos	284	284
Provisões não dedutíveis	948	948
Provisão de manutenção	16.911	16.911
Margem de construção (*)	(9.395)	(9.817)
Amortização de direito de concessão (*)	(51.578)	(53.896)
Custo de captação de debêntures (*)	(17.180)	(17.343)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(884)</u>	<u>(524)</u>
	<u>149.638</u>	<u>147.095</u>
Impostos Diferidos – Ativo	228.675	228.675
Impostos Diferidos – Passivo	(79.037)	(81.580)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$274 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. A provisão de manutenção e o custo de captação são realizados conforme o prazo da conclusão da obra e do financiamento, respectivamente.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No exercício de 2016, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2015 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais.

A Companhia não constituiu, até dezembro de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$118.101 (R\$72.902 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2016</u>
2019	51
2020	3.707
2021	3.448
2022 a 2024	17.730
2025 em diante	<u>203.739</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(79.037)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>149.638</u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.144	1.143
ISS	1.783	2.063
IRRF e CSRF	692	996
INSS sobre terceiros	<u>150</u>	<u>280</u>
Total circulante	<u>3.769</u>	<u>4.482</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(145.153)	(226.229)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	49.352	76.918
Adições permanentes	(1.610)	(872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(45.199)	(72.902)
Outras adições	<u>-</u>	<u>(162)</u>
Total dos impostos no resultado	2.543	2.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.543	2.982
Alíquota efetiva	33%	34%

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário. A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis.

7. IMOBILIZADO

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	5.809	266	-	6.075
Móveis e utensílios	5	3.995	-	(159)	3.836
Veículos	5	3.546	34	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.741	163	(278)	38.626
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		52.575	463	(437)	52.601
 <u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(7)	-	(32)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(875)	-	(4.722)
Móveis e utensílios		(2.974)	(442)	159	(3.257)
Veículos		(1.439)	(655)	-	(2.094)
Equipamentos de informática		(30.404)	(2.785)	270	(32.919)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(295)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>429</u>	<u>(43.319)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(4.324)</u>	<u>(8)</u>	<u>9.282</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	165	-	(1)	164
Máquinas e equipamentos	5	4.766	1.053	(10)	5.809
Móveis e utensílios	5	4.127	122	(254)	3.995
Veículos	5	3.604	147	(205)	3.546
Equipamentos de informática	5	35.119	3.631	(9)	38.741
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		48.101	4.953	(479)	52.575
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(18)	(7)	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(3.000)	(857)	10	(3.847)
Móveis e utensílios		(2.732)	(495)	253	(2.974)
Veículos		(837)	(685)	83	(1.439)
Equipamentos de informática		(27.059)	(3.351)	6	(30.404)
Ferramentas e aparelhos		<u>(244)</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>
		<u>(33.890)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>352</u>	<u>(38.961)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.211</u>	<u>(470)</u>	<u>(127)</u>	<u>13.614</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	914	-	10.397
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	114.498	(492)	1.900.803
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.430.300	115.412	(492)	2.545.220
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(1.150)	-	(7.663)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(68.045)	114	(283.869)
Outorga fixa		<u>(142.966)</u>	<u>(21.134)</u>	<u>-</u>	<u>(164.100)</u>
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(90.330)</u>	<u>114</u>	<u>(455.643)</u>
Intangível, líquido		<u>2.064.873</u>	<u>25.082</u>	<u>(378)</u>	<u>2.089.577</u>
	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	8.513	970	-	9.483
Marcas e patentes	10	42	-	(22)	20
Direito de concessão	(*)	1.653.379	156.827	(23.409)	1.786.797
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.295.933	157.797	(23.431)	2.430.300
<u>Amortização</u>					
Software		(5.356)	(1.157)	-	(6.513)
Marcas e patentes		(8)	(2)	-	(10)
Direito de concessão		(154.188)	(63.907)	2.157	(215.938)
Outorga fixa		<u>(121.833)</u>	<u>(21.133)</u>	<u>-</u>	<u>(142.966)</u>
Amortização acumulada		<u>(281.385)</u>	<u>(86.199)</u>	<u>2.157</u>	<u>(365.427)</u>
Intangível, líquido		<u>2.014.548</u>	<u>71.598</u>	<u>(21.274)</u>	<u>2.064.873</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, 23 anos. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2016.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/2015 (Reapresentado)	Captação	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Varição monetária	Transferências(*)	31/12/2016
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(78.833)	(40.289)	40.083	6.828	(368.386)	80.409
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	30.785	20.494	(282.553)	59.433
Conta garantida - Bradesco	-	30.000	(29.992)	(4.777)	5.150	-	-	381
Subtotal	<u>901.721</u>	<u>30.000</u>	<u>(145.719)</u>	<u>(98.180)</u>	<u>76.018</u>	<u>27.322</u>	<u>(650.939)</u>	<u>140.223</u>
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	-	-	-	-	-	-	368.386	368.386
Sênior - BNDES - IPCA	-	-	-	-	-	-	282.553	282.553
Subtotal	-	-	-	-	-	-	<u>650.939</u>	<u>650.939</u>
Aplicações financeiras vinculadas **	<u>(83.113)</u>							<u>(79.133)</u>
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>818.608</u>							<u>712.029</u>

Descrição	31/12/2014	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Varição monetária	Transferências(*)	31/12/2015 (Reapresentado)
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	67.228	(65.421)	(45.003)	44.930	303	518.969	521.006
Sênior - BNDES - IPCA	<u>32.443</u>	<u>(11.056)</u>	<u>(9.314)</u>	<u>33.424</u>	<u>4.850</u>	<u>330.368</u>	<u>380.715</u>
Subtotal	<u>99.671</u>	<u>(76.477)</u>	<u>(54.317)</u>	<u>78.354</u>	<u>5.153</u>	<u>849.337</u>	<u>901.721</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	517.263	-	-	-	1.706	(518.969)	-
Sênior - BNDES - IPCA	<u>302.488</u>	-	-	-	<u>27.880</u>	<u>(330.368)</u>	-
Subtotal	<u>819.751</u>	-	-	-	<u>29.586</u>	<u>(849.337)</u>	-
Aplicações financeiras vinculadas **	<u>(64.226)</u>						<u>(83.113)</u>
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>855.196</u>						<u>818.608</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida encontra-se totalmente no circulante em função do não atendimento das cláusulas restritivas, com o reestabelecimento dos índices financeiros, em 30 de junho de 2016, a dívida foi transferida para longo prazo.

(**) As aplicações financeiras no montante de R\$79.133 em 31 de dezembro de 2016 (R\$83.113 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

BNDES

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	177.927
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	88.939
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	39.902
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	142.028
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	95.226
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	246.759
Subtotal				790.781
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(79.133)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>711.648</u>
Parcelas do circulante				139.842
Parcelas do não circulante				571.806

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	216.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	101.708
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	45.631
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	156.988
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	102.142
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>278.574</u>
Subtotal				901.721
Aplicações financeiras vinculadas				(83.113)
Empréstimos e financiamentos líquidos				818.608
Parcelas do circulante				818.608

(*)Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2016 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2015), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu as referidas condições restritivas

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu as referidas condições restritivas

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de dezembro de 2016, o montante no passivo circulante é de R\$381.

10. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Custo de</u> <u>captação</u> <u>amortizado</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Varição</u> <u>monetária</u>	<u>Amortização</u> <u>principal</u>	<u>Amortização</u> <u>juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante								
Debêntures	11.628	-	58.704	1.260	(9.991)	(58.350)	19.457	22.708
Custos a amortizar	<u>(3.055)</u>	<u>480</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.593)</u>	<u>(4.168)</u>
Total	<u>8.573</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>1.260</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>17.864</u>	<u>18.540</u>
Passivo não circulante								
Debêntures	919.777	-	-	60.453	-	-	(19.457)	960.773
Custos a amortizar	<u>(47.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.593</u>	<u>(46.361)</u>
Total	<u>871.823</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>60.453</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(17.864)</u>	<u>914.412</u>
Total geral	<u>880.396</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>61.713</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>-</u>	<u>932.952</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	<u>(5.914)</u>							<u>(6.896)</u>
Debêntures líquidas	<u>874.482</u>							<u>926.056</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	498.269
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	485.212
(-) Custos de transação - Debêntures				(50.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(6.896)</u>
Debentures líquidas				<u>926.056</u>
Parcelas do circulante				18.540
Parcelas do não circulante				907.516

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Varição monetária</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Amortização juros</u>	<u>Transfe-rência</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>
Passivo circulante									
Debêntures	10.624	-	-	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	4.323	11.628
Custos a amortizar	<u>(3.428)</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.614)</u>	<u>(3.055)</u>
Total	<u>7.196</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>10.141</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>1.709</u>	<u>8.573</u>
Passivo não circulante									
Debêntures	840.400	-	-	-	83.700	-	-	(4.323)	919.777
Custos a amortizar	<u>(50.309)</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.614</u>	<u>(47.954)</u>
Total	<u>790.091</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.709)</u>	<u>871.823</u>
Total geral	<u>797.287</u>	<u>(269)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>93.841</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>-</u>	<u>880.396</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	<u>(4.942)</u>								<u>(5.914)</u>
Debêntures líquidas	<u>792.345</u>								<u>874.482</u>

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$6.896 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	471.882
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	459.523
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(51.009)</u>
(-) Aplicações financeiras vinculadas				<u>(5.914)</u>
Debentures líquidas				<u>874.482</u>
Parcelas do circulante				8.573
Parcelas do não circulante				865.909

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2016.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	20.018
2019	20.018
2020	50.040
2021	120.098
2022 a 2024	<u>750.599</u>
	<u>960.773</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$50.529 (R\$51.009 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	(4.168)
2018	(5.082)
2019	(6.133)
2020	(7.341)
2021	(8.298)
2022 a 2024	<u>(19.507)</u>
	<u>(50.529)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu as referidas condições restritivas.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu as referidas condições restritivas.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	31/12/2016			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	2.404	13.767	91	16.262
Cíveis	<u>2.215</u>	<u>36.720</u>	<u>113</u>	<u>39.048</u>
	<u>4.619</u>	<u>50.487</u>	<u>204</u>	<u>55.310</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2015			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	676	12.820	38	13.534
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>24.794</u>	<u>45</u>	<u>26.495</u>
	<u>2.332</u>	<u>37.614</u>	<u>83</u>	<u>40.029</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Saldo inicial <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	Saldo final <u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	676	1.897	(169)	2.404
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>966</u>	<u>(407)</u>	<u>2.215</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>2.863</u>	<u>(576)</u>	<u>4.619</u>

	Saldo inicial <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	Saldo final <u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	610	292	(226)	676
Cíveis	<u>234</u>	<u>1.450</u>	<u>(28)</u>	<u>1.656</u>
Total	<u>844</u>	<u>1.742</u>	<u>(254)</u>	<u>2.332</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016 (R\$676 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$13.767 em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.820 em 31 de dezembro de 2015).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.215 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.656 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$36.720 em 31 de dezembro de 2016 (R\$24.794 em 31 de dezembro de 2015), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Em 22 de agosto de 2016 foi realizado perícia e, a CART aguarda o laudo pericial para manifestação.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$3.000,00, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.322.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2016				Resultado (despesa)	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio	Nota de débito	Ligada	26	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	-	4.409	-	(8.225)
			<u>26</u>	<u>520</u>	<u>4.409</u>	<u>143</u>	<u>(8.225)</u>
Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2015				Resultado (despesa)	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	17	-	2.438	-	(8.010)
			<u>17</u>	<u>520</u>	<u>2.438</u>	<u>143</u>	<u>(8.010)</u>

Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.177.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pró-labore	1.535	1.417
Bônus variáveis	688	540
Encargos	445	391
Outros benefícios	<u>272</u>	<u>225</u>
	<u>2.940</u>	<u>2.573</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$820 (R\$651 em dezembro de 2015), de participação/bônus para os administradores e realizou o pagamento de R\$688 (R\$540 pagos em dezembro de 2015).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
TIM Celular S.A.	47.948	50.157
OI Móvel S.A.	1.766	1.629
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	3.326	3.098
Outros	<u>243</u>	<u>22</u>
	<u>53.283</u>	<u>54.906</u>
Circulante	7.538	6.958
Não circulante	<u>45.745</u>	<u>47.948</u>

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2016 é:

	Saldo inicial <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	Saldo final <u>31/12/2016</u>
Não circulante	<u>67.804</u>	<u>8.837</u>	<u>76.641</u>
Total	<u>67.804</u>	<u>8.837</u>	<u>76.641</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 31 de dezembro de 2016 é de 9,16% a.a.

Demonstramos abaixo o aging com os valores a serem desembolsados por período:

Período	Saldo Inicial	Provisão	Desembolso	Saldo final
2016	67.804	8.837	-	76.641
2017	76.641	9.387	-	86.028
2018	86.028	9.559	-	95.587
2019	95.587	9.559	-	105.146
2020	105.146	9.559	-	114.705
2021	114.705	8.340	(14.621)	108.424
2022	108.424	8.340	-	116.764
2023	116.764	3.483	(68.004)	52.243
2024	52.243	-	(52.243)	-

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito da Companhia era de R\$1.035.000, sendo, R\$984.000 integralizadas e R\$51.000 a integralizar, representado por 1.982.862.362 ações, sendo 991.431.181 ações preferenciais e 991.431.181 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Abaixo segue a mutação do patrimônio líquido:

Capital Subscrito em 31/12/2015	R\$ 1.035.000	1.982.862
Integralizadas	R\$ 984.000	1.808.379
À integralizar	R\$ 51.000	174.483
Integralizadas em	Aumento de capital aprovado em AGE de 02/12/2015	Nº de ações (em milhares)
05/03/2016	R\$ 35.000	119.743
28/03/2016	R\$ 5.000	17.106
12/04/2016	R\$ 11.000	37.634
	Aumento de capital aprovado em AGE de 15/04/2016	Nº de ações (em milhares)
26/04/2016	R\$ 10.500	45.876
16/05/2016	R\$ 7.000	30.584
24/05/2016	R\$ 7.000	30.584
25/05/2016	R\$ 8.000	34.953
07/06/2016	R\$ 10.000	43.691
28/06/2016	R\$ 33.000	144.182
14/12/2016	R\$ 12.000	52.430
23/12/2016	R\$ 40.000	174.767
À integralizar	R\$ 17.500	76.460
Capital Subscrito em 31/12/2016	R\$ 1.180.000	2.616.389
Integralizadas	R\$ 1.162.500	2.539.929
À integralizar	R\$ 17.500	76.460

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 o capital subscrito da Companhia é de R\$1.180.000, sendo, R\$1.162.500 integralizadas e R\$17.500 a integralizar, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias. .

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de pedágio	309.101	286.846
Receitas acessórias	10.922	9.703
Receita de construção	114.498	156.827
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(2.009)	(1.865)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(9.273)	(8.605)
ISS - Receita de pedágio	(15.602)	(14.520)
Abatimento - Receita de pedágio	(20)	(16)
PIS - Receita acessória	(208)	(163)
COFINS - Receita acessória	<u>(960)</u>	<u>(750)</u>
	<u>406.449</u>	<u>427.457</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção (nota explicativa 8), proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal e encargos	(42.967)	(43.362)
Conservação e manutenção	(29.980)	(28.277)
Seguros e garantias	(2.716)	(1.740)
Serviços de terceiros	(12.313)	(12.647)
Veículos	(5.275)	(4.913)
Consultoria e assessoria	(3.787)	(4.793)
Aluguéis e impostos	(994)	(950)
Energia elétrica	(2.351)	(2.652)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.287)	(1.488)
Provisão para riscos	(352)	(630)
Partes relacionadas	(8.225)	(8.010)
Provisão de manutenção	(8.837)	(18.065)
Outorga variável	(4.800)	(4.448)
Depreciação e amortização	(95.117)	(91.622)
Custo de construção	(113.345)	(155.274)
Outros	<u>(11.038)</u>	<u>(31.369)</u>
	<u>(344.384)</u>	<u>(410.240)</u>
Custo de serviços prestados	(192.691)	(195.671)
Custo de construção	(113.345)	(155.274)
Despesas gerais e administrativas	(39.909)	(40.483)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>1.561</u>	<u>(18.812)</u>
	<u>(344.384)</u>	<u>(410.240)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicação financeira	<u>17.832</u>	<u>17.561</u>
	17.832	17.561
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(76.018)	(78.354)
Juros sobre debêntures	(59.184)	(53.740)
Variação monetária - BNDES	(27.322)	(34.739)
Variação monetária - Debêntures	(61.713)	(93.841)
Outras	<u>(813)</u>	<u>(333)</u>
	<u>(225.050)</u>	<u>(261.007)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(207.218)</u>	<u>(243.446)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(71.305)	(71.305)	(142.610)	(111.624)	(111.623)	(223.247)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.070.478</u>	<u>1.070.478</u>	<u>2.140.956</u>	<u>681.132</u>	<u>681.133</u>	<u>1.362.263</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,067)	(0,067)		(0,164)	(0,164)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$437 (R\$415 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$4.778 (R\$4.419 em 31 de dezembro de 2015) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$46.394. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$134.689. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos iniciais e do pagamento da outorga fixa foram obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ampliações	R\$46.394	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$134.689	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Bradesco Seguro	(d)
D&O (*)	R\$100.000	19/01/2017 a 20/03/2017	XL Seguros	-
Patrimonial	R\$16.000	13/01/2017 a 13/01/2018	Tokio Marine	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos

descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

(*) A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	20.881	-	14.227	-
Aplicação financeira	-	-	48.693	-
Aplicação financeira –vinculada (*)	86.029	-	89.027	-
Partes relacionadas	-	546	-	537
Créditos a receber	-	<u>17.652</u>	-	<u>16.672</u>
Total do ativo	<u>106.910</u>	<u>18.198</u>	<u>151.947</u>	<u>17.209</u>
<u>Passivos</u>				
Fornecedores	-	7.369	-	17.596
Partes relacionadas	-	4.552	-	2.581
Empréstimos e financiamentos	-	791.162	-	901.721
Debêntures	-	932.952	-	880.396
Obrigações com poderes concedentes	-	437	-	415
Total do passivo	-	<u>1.736.472</u>	-	<u>1.802.709</u>

(*) Registrado no passivo circulante e não circulante para efeitos de apresentação (vide nota explicativa 2.22, 9 e 10).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2016 tinham o valor de R\$ 978.247 (R\$ 819.727 em 31 de dezembro de 2015).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalente de caixa	18.168	-	18.168	
Aplicações financeiras	<u>86.029</u>	-	<u>86.029</u>	-
Total	<u>104.197</u>	-	<u>104.197</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>978.247</u>	-	<u>978.247</u>	-
Total	<u>978.247</u>	-	<u>978.247</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalentes de caixa	12.145	-	12.145	=
Aplicações financeiras	<u>137.720</u>	-	<u>137.720</u>	-
Total	<u>149.865</u>	-	<u>149.865</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>819.727</u>	-	<u>819.727</u>	-
Total	<u>819.727</u>	-	<u>819.727</u>	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	13,63%	10,22%	6,81%
Passivo financeiro			
IPCA	6,29%	7,85%	9,44%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Equivalente de caixa	DI	18.168	1.827	1.378	924
Aplicação financeira	DI	86.029	3.850	2.915	1.970

a) Passivo financeiro (*)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Debêntures	IPCA	498.269	56.265	63.980	71.691
Debêntures	IPCA	485.212	55.991	63.519	71.043
BNDES	TJLP	448.795	37.748	44.639	51.532
BNDES	IPCA	341.986	36.822	41.415	46.004

*O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta valores a receber de R\$19.260 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 83,71% deste, ou seja, R\$16.123, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$17.928 em 31 de dezembro de 2015, sendo 87,89% com a CGMP, ou seja, R\$15.757). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

h) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2016, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>31 de dezembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	140.223	353.579	163.305	134.055	791.162
Debêntures	18.540	71.521	303.650	539.241	932.952
Fornecedores	7.369	-	-	-	7.369

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	901.721	-	-	-	901.721
Debêntures	8.573	46.055	149.432	676.336	880.396
Fornecedores	17.596	-	-	-	17.596

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos	791.162	901.721
Debêntures	932.952	880.396
Caixa e equivalentes de caixa	(20.881)	(14.227)
Aplicações financeiras	<u>(86.029)</u>	<u>(137.720)</u>
Dívida líquida	1.617.204	1.630.170
Patrimônio líquido	<u>512.824</u>	<u>476.934</u>
Endividamento líquido	<u>2.130.028</u>	<u>2.107.104</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	313	14.640

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$114.498 (vide Nota Explicativa 16), como receita de construção, (R\$156.827 em 31 de dezembro de 2015) e como margem de construção de R\$1.153 (R\$1.553 em 31 de dezembro de 2015).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o exercício de 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.900.803 (R\$1.786.797 em 31 de dezembro de 2015).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R\$ 450 milhões, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes.

A Companhia não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contrapleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350 milhões.

Caso seja realmente instituída a arbitragem, somente com as evidências apresentadas durante o curso desta, os advogados da Companhia terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois nesse momento não há elementos suficientes para essa avaliação.